

Operação de Paz no Haiti: Assuntos Pendentes

General de Brigada Eduardo Aldunate Herman (Reserva), Exército do Chile

SERVI COMO SUBCOMANDANTE da Força Militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) durante 13 meses¹.

Esse período teve como ponto culminante a assunção do poder pelo Presidente René Préval e seus primeiros meses de governo. Foi um período marcado por um clima de segurança volátil, com focos de violência, que custou a vida de quatro “capacetes azuis” que estavam sob o meu comando. Apesar de tudo, cumprimos o objetivo que nos atribuía o mandato da Organização das Nações Unidas (ONU).

Entretanto, quando analiso criticamente a MINUSTAH e a ação da comunidade internacional nesse país, vejo que, sem dúvida, há sérios problemas, que urge serem solucionados.

A poucos dias de concluir sua obrigação, o próprio Representante do Secretário-Geral da ONU no Haiti, o guatemalteco Edmond Mulet — que desempenhou essa função em duas ocasiões —, indicou que existe um sentimento de frustração na comunidade internacional e que há temas institucionais e falhas da própria sociedade que são preocupantes².

Sessenta por cento da Força da MINUSTAH provém dos países da região. Como é possível que alguns dos leitores deste artigo estejam relacionados a esta ou a outras Operações de Paz (OPaz), eu sugiro que atentemos aos seguintes temas.

Primeiro Desafio: Conhecer a Cultura e Particularidades e Incorporar a População

Em uma OPaz, é vital contar com um conhecimento mais profundo sobre a história e as peculiaridades do povo que se vai apoiar.

O Haiti é um bom exemplo de um lugar onde

as caricaturas e a desinformação pouco ajudam a entender a complexidade de sua situação.

Os estrangeiros que chegam a uma OPaz trazem soluções vindas de outras realidades, não falam o idioma local, não entendem seus códigos e, assim, é difícil avançar. Diversas vezes escutei os habitantes dizerem, com razão: “Vocês não nos entendem!”

É um povo que observa, em muitos estrangeiros, uma certa arrogância que o insulta profundamente. Apesar de aceitar sua ajuda e lhes manifestar apreço, a população haitiana mantém certa desconfiança, já que sabe que, em algum momento, eles retornarão a seus países, deixando-a seguir vivendo em dificuldades, como ocorreu após mais de vinte anos de presença estadunidense no país, no século XX, e de mais de oito missões internacionais.

É um povo que tem códigos sociais interessantes, que podem ser percebidos em detalhes sutis³.

Um dos conceitos que mais identifica o haitiano é o da liberdade, que não se refere nem a espaços nem a instituições, mas que vem de algo mais profundo, relacionado à sua origem colonial.

Suas histórias e contos, passados de geração a geração, lhes falam de suas origens em outras terras, onde não estão ausentes o cativo, os deslocamentos, as lutas e o sofrimento.

Vivem em uma ilha, mas são mais camponeses do que pescadores. Os temas ligados ao mar têm algo de mágico, algo que se relaciona às suas origens.

Apreendi que esse é um povo sofrido, que exhibe com orgulho o fato de seu país ter sido o segundo da região a conquistar a independência, mas que, depois disso, teve muito pouco do que se orgulhar quanto a realizações políticas e institucionais.

Mais ainda: apesar dos relatos de melhores condições de vida proporcionados pelos parentes que vivem no exterior — que, em sua maioria,

O General de Brigada Eduardo Aldunate Herman (Reserva), do Exército do Chile, serviu como Subcomandante da Força Militar da MINUSTAH entre setembro de 2005 e outubro de

2006. É autor de diversos livros e artigos sobre relações civis-militares, liderança e Operações de Paz. Serve, atualmente, como Chefe de Pesquisa do projeto Fondef-CEIUC.

estão a duas horas de voo, nos Estados Unidos — ao olhar para a sua realidade, não sentem os benefícios de estarem no século XXI.

Por isso, seguir líderes populistas não é algo tão alheio à realidade. Esses, ao menos, lhes permitem sonhar com a possibilidade de sair de sua condição miserável, mesmo que, no fundo, saibam que não será possível alcançar isso durante suas vidas.

Os temas raciais — originalmente a luta entre brancos e negros e, em seguida, de negros contra mulatos — marcam um caminho difícil de interpretar, mas que faz parte de uma complexidade desafiadora.

Dói-lhes o fato de não apenas não haverem sido incorporados como parte da solução, mas, o que é ainda pior, de haverem sido percebidos como parte do problema⁴.

O Haiti se apresenta como um país onde a corrupção e o suborno são fortes, entretanto, sua população se queixa da falta de crítica contundente aos que geram ou apoiam essas más práticas, estejam eles dentro ou fora do país.

Os haitianos não são um povo ligado a ideologias. Na verdade, a fragmentação política é uma de suas características mais negativas no caminho do processo democrático, o que se pode comprovar pela grande quantidade de partidos políticos e de candidatos. A existência de 32 candidatos presidenciais em 2006 e de 18 em 2010, assim como a quantidade desproporcional de partidos políticos, no mínimo nos convida à reflexão.

O Haiti é um país pródigo em belezas e a natureza marca os povoados. Mas também é um país acostumado a conviver com furacões, dilúvios e escassez de água, que causam milhares de mortes anualmente. Sua população vive em uma ilha, mas, por diversas razões, a maioria é essencialmente rural e é possível que tenha certo temor ao mar, fonte de alguns problemas ancestrais.

Os haitianos constituem um povo religioso e espiritual, à sua maneira⁵, e isso está presente na sua vida diária. O tema do vodu e o sincretismo fazem com que o catolicismo coexista com a religiosidade de raízes africanas.

Por outro lado, ele é conhecido por ações de violência e linchamentos, o que é uma meia verdade, já que isso se explica, em parte, pela ausência de sistemas formais que funcionem. A violência do período da independência aflora de



O Presidente Préval com o General de Brigada Aldunate.

vez em quando, em situações de crise, como se o lema de um dos fundadores da nação⁶, “Koupe Tete, Boule Kay”, fosse parte da sua alma. Mas, ao mesmo tempo, essa imagem se mostra injusta, já que muitas cidades das Américas têm índices de violência superiores aos do Haiti.

Perturba-lhes que a cena normalmente exibida seja a de ruas cobertas de lixo nas cidades — o que é verdade — e que não se dê o mesmo tratamento à imagem de crianças indo à escola com uniformes limpos, demonstrando cuidado com o calçado, com a roupa e com tantos detalhes, que nos deveriam dar indícios mais profundos sobre como é esse povo.

O haitiano tem uma veia cultural profunda, em que, apesar de sua miséria, florescem muitos aspectos, forjados ao longo de sua história.

O boato faz parte de sua cultura. Isso seguramente nos afetava a cada informe inverídico que recebíamos, pois o desconhecimento dessa característica nos teria levado a cometer muitos erros.

É um país mágico, onde a palavra “amanhã” não existe e onde o fator tempo se rende ao presente, nessa luta diária pela sobrevivência, para conseguir alimentos básicos e água potável.

Só sabem que não contam com trabalho estável, com hospitais, com escolas, com sistemas policial e penal, com vias minimamente transitáveis, com luz elétrica... Enfim, há uma longa lista de contradições, que, sem dúvida alguma, afetam a forma de ser dos haitianos.

O próprio ex-Primeiro Ministro Jean Max Bellerive expressava, de forma dramática, que “ansiava que seu país pudesse passar da miséria a uma pobreza digna”⁷.

O que é mais paradoxal é a coexistência da massa que luta para sobreviver com uma burguesia que, apesar de tudo, vive com certo conforto e, às vezes, em condições de luxo. Isso leva alguns a se perguntarem qual desses grupos tem sido o grande beneficiário durante todo esse tempo de intervenções.

Existem motivos para a desconfiança popular em relação ao Estado. O haitiano espera pouco dele e prefere proteger-se individualmente, em vez de coletivamente. As autoridades e as instituições lhe inspiram forte desconfiança⁸.

Eu sempre me perguntei como, ante tal condição, não há uma violência ainda maior, mais grave e mais difícil de enfrentar, aquela que é fruto do desespero. Eu não apostaria que essa situação se conserve assim por muito tempo.

Ver não é o mesmo que olhar; não sei se os estrangeiros reconhecem essa diferença, particularmente, quando se fala sobre a importância de interpretar bem os fatos e os códigos sociais.

Creio que tomar decisões sem conhecer nem fazer parte de uma comunidade, por mais desorganizada que ela seja, não funciona; não constrói bases sólidas. Para tanto, o primeiro passo é entendê-la e respeitá-la e, portanto, integrá-la e induzir sua contínua participação.

Essa não é uma tarefa simples... Se fosse, creiam-me, não estaríamos em uma OPaz, em que tudo é difícil. Nesse aspecto, porém, não há substituto para a necessidade de conquistar os corações e as mentes das pessoas.

Segundo Desafio: Definir a Natureza do Problema

Sempre que analisava um tema estratégico com seus alunos, o ilustre militar francês Ferdinand Foch olhava para uma carta de situação e lhes perguntava: “De que se trata?” Com essa pergunta, ele os desafiava a entender a essência do problema além da simples interpretação dos símbolos das unidades.

Muitos dos estrangeiros que participaram ou influenciaram as decisões sobre o Haiti — civis ou militares — nunca entenderam de que se trata. Restringir-se às estatísticas ou à questão da violência e da miséria é o caminho mais simples, mas que não ajuda a resolver o problema.

Permitam-me dividir com vocês algumas das perguntas que eu me fazia, quando era um dos comandantes no Haiti.

Qual problema deste país gerou a crise?

Os instrumentos projetados são adequados ao cenário?

Quais são os atores ou os participantes envolvidos nesse empreendimento?

Qual é o papel que se espera dos militares e dos civis?

Todos os instrumentos estão sendo coordenados na direção de um objetivo comum?

Diante de um clima de violência, devemos aplicar mais força?

Sugiro que o leitor conduza esse exercício mental sempre antes de chegar a uma OPaz.

De que se trata o problema no Haiti?

O Haiti é um cenário para o qual confluem todos os ingredientes de uma tragédia social: uma população em condições extremas, com estatísticas sociais dramáticas; o caos; a ausência de líderes, um Estado de Direito virtual; instituições fracas; e uma comunidade interna muito polarizada, o que se manifesta em atos de violência, desordem e miséria.

Se o país já apresentava problemas sérios antes do terremoto de 2010, cerca de 250 mil mortos, mais de 1 milhão de pessoas vivendo — se essa é a palavra adequada — em acampamentos e 5 mil haitianos mortos pela cólera agravaram o cenário, ainda mais se considerarmos que a responsabilidade quanto a este último tema é atribuída à própria MINUSTAH.

Sejamos claros: antes do terremoto, o país já tinha sérios problemas, que só se agravaram com esse desastre natural, que revelou um Estado precário e uma sociedade em dificuldades⁹.



O General Aldunate participa de patrulha em Martissant, acompanhando soldados do Sri Lanka.

A situação que vive o Haiti é consequência de muitos erros, atribuíveis à própria sociedade haitiana, mas, para que sejamos justos, a comunidade internacional também tem sua parcela de responsabilidade.

É possível solucionar isso com a presença militar estrangeira? Tenho minhas dúvidas.

Pessoalmente, eu me lembro da enorme pressão sobre a Força militar, que nos sugeria aplicar mais força para enfrentar os focos de violência. Não eram poucos os que acreditavam que os problemas seriam solucionados com o calibre 5,56.

Felizmente, na MINUSTAH, não tínhamos essa visão e acreditávamos que, se a força não fosse precedida de soluções sociais, como prover trabalho, educação, justiça e saúde à população, não seria possível cumprir o mandato da ONU.

A Resolução determinava, entre outras coisas, que protegêssemos os direitos humanos e apoiássemos o governo de transição e o desenvolvimento de um processo eleitoral, que permitisse a eleição de autoridades que pudessem dar início ao caminho da estabilidade sobre bases legítimas.

Certamente, nada disso era passível de ser alcançado com o remédio sugerido.

Nos pleitos que elegeram o Presidente Préval e, mais recentemente, o Presidente Martelly — após um polêmico processo —, a quantidade de candidatos existentes demonstrou algo mais profundo: que os próprios haitianos não acreditam que a unidade e o consenso sejam o único caminho para se sair de uma crise.

Segundo a Lei de Murphy, porém, as situações sempre podem ficar piores.

As presenças dos ex-Presidentes Duvalier e Aristide, bem como a possível atuação do Presidente substituído, sem dúvida trarão mais incerteza para o novo governo, que enfrenta uma longa lista de necessidades urgentes a serem resolvidas.

Para piorar a situação, hoje se percebe que parte da sociedade haitiana vem demonstrando uma espécie de fadiga com relação à presença da MINUSTAH. De fato, os dois candidatos que participaram do segundo turno eleitoral expressaram que essa Força deveria retirar-se do país; está claro que a questão do “quando” é outro assunto, mas há menor espaço para manobra.

A meu ver, é preciso trabalhar com mais intensidade nos temas institucionais, tais como os sistemas eleitoral e penal, a questão da saúde e da

educação, a estrutura do Estado, a organização da polícia e a lista de partidos políticos; enfim, são temas que, em minha opinião, devem ser tratados com maior urgência e com datas e realizações concretas, e não apenas diagnósticos. Se isso não for feito, creio que haverá um cenário complicado¹⁰.

Só é possível formular estratégias coerentes quando se conta com uma compreensão clara da origem do problema. Só então a tarefa talvez se encaminhe para um bom resultado, o que não tem sido o caso até agora, no Haiti.

Terceiro desafio: Conceber os Instrumentos Adequados

Em fevereiro de 2004, a iminência de uma crise humanitária da magnitude como a vivida no Haiti resultou na chegada da Força Interina Multinacional para o Haiti (MIFH, na sigla em inglês¹¹) e, posteriormente, o Conselho de Segurança da ONU, segundo o mandato da resolução 1542¹², estabeleceu a Missão para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH).

Diante da precariedade do Estado haitiano, era importante pressupor que não se podia exigir mais do que ele era capaz de dar. Mas, com o tempo, fui me convencendo de que deveria ser exigido menos do que lhe correspondia fazer. E aqui talvez estejamos diante de um tema que ainda não foi bem enfrentado: a necessidade de que o próprio governo e a sociedade haitiana cooperem de maneira mais efetiva — tema que, a meu ver, mostra um equilíbrio desfavorável.

Há urgência quando se trata do recebimento de assistência, mas não há a mesma pressa para efetuar as mudanças profundas de que o país necessita.

Há “algo de podre no reino da Dinamarca”.

A MINUSTAH possuía uma estrutura complexa, nada simples de entender, e eu constatei pessoalmente aquilo que repetidamente me sugeriam os sérios problemas enfrentados pelos contingentes que tentavam interagir com elementos civis — que não se coordenavam entre si e nem conheciam as potencialidades dos militares, o que dificultava seu trabalho e reduzia a efetividade da assistência que prestavam.

Esse aspecto é curioso, já que o trabalho entre os contingentes militares era fácil — embora eles fossem provenientes de diferentes culturas. Com uma disciplina e códigos comuns, não era difícil

unir os esforços entre os soldados de diversas origens. Quando tinham de coordenar atividades com elementos civis, no entanto, a coisa deixava de ser tão simples.

Assim como, do ponto de vista administrativo, cada país tem uma autoridade civil responsável em seu território, também nas OPaz se deve contar com um comando centralizado nas respectivas zonas de emprego. Isso favorece uma coordenação mais efetiva dos diversos meios civis, militares e policiais que atuam em uma determinada área.

Creio que se deve fazer mais para preparar os civis e os militares a interagirem nessas missões — não se baseando apenas nas experiências de outras missões de paz, como se houvesse uma solução do tipo “receita de bolo” — e, para isso, devem ser tomadas todas as medidas necessárias para que, no terreno, sua ação seja mais complementar e efetiva.

Nesse complexo cenário que conheci — e que, provavelmente, é comum a todas as OPaz — fazia-se presente uma comunidade internacional muito desinformada sobre a realidade local, algo que, apesar de não se esperar que afetasse as operações, prejudicava a OPaz, infelizmente.

Com frequência tínhamos que desviar nossa atenção para receber visitas estrangeiras e orientá-las sobre a realidade no terreno, já que chegavam com ideias tendenciosas e muito afastadas do que realmente estava acontecendo.

A imprensa internacional frequentemente mostrava um cenário de caos, no qual se notava a pressão de grupos internos e externos segundo seus próprios interesses, gerando uma espécie de “ruído” permanente sobre a realidade local.

Nisso, cabia certa responsabilidade à própria estrutura superior da ONU e — por que não dizer? — ao nosso próprio sistema de comunicações e informações, que não difundia adequadamente o que se estava vivenciando.

Nesse contexto, vale ao menos questionar se a organização da Missão ajudava ou complicava os problemas existentes, o que, sem dúvida, afeta a segurança dos soldados e o cumprimento do mandato da ONU. Darei alguns exemplos. Está escrito em todos os manuais de gestão de crise que, diante de situações complexas, não há nada pior que a falta de unidade de comando.

Até hoje, a estrutura da própria MINUSTAH considera duas entidades como estando encarregadas da segurança. De um lado, está o comando

militar, com cerca de 7 mil soldados de 11 nações, distribuídos em todo o país. De outro, está a polícia das Nações Unidas (UNPol), com uma força de aproximadamente 1.800 indivíduos, distribuídos em algumas áreas do país.

Apesar da boa disposição dos comandos superiores de ambas as Forças, não se contava com um responsável único pelo planejamento e pelas decisões nas operações de segurança. E isso, como constatei em muitas ocasiões, era no mínimo perigoso.

Isso nos sugere, ao menos, uma reflexão.

Se já temos de coordenar tantos atores em um cenário complexo, acrescentar mais problemas não nos parece algo muito eficiente, já que, em temas de segurança, deve haver um único responsável. E, dada a minha experiência pessoal, permitam-me afirmar que, sob fogo, um comandante deve dar ordens e não pedir por favor.

Mas isso não é tudo. Minha experiência me ensinou que as coisas ruins sempre podem piorar.

É um princípio básico que, nas situações de crise, as decisões não sejam tomadas à distância ou com base em modelos teóricos ou extraídos de outras missões, sem escutar as pessoas que estão no terreno e comparar esses dados com a realidade.

Nosso problema de segurança centrava-se em um bairro de Porto Príncipe, Cité Soleil, cujos limites eu podia ver do meu gabinete, de onde se escutavam claramente os tiros dos bandos (delinquentes) contra os nossos soldados. Nós dois, Generais, estávamos em contato direto com os problemas. Não necessitávamos de outro escalão de comando entre nós e os soldados no terreno.

No ano de 2005, o Departamento de Operações de Paz (DPKO, na sigla em inglês), em Nova York, determinou o estabelecimento de um comando intermediário na capital, a cargo de outro General. Acrescentar um comando intermediário diante dessa situação foi, para dizer o mínimo, um equívoco.

Era o caso típico que os teóricos do conflito denominam de ponto decisivo, quando o comando deve se envolver pessoalmente.

Em uma crise, é evidente que as organizações devem ser as mais horizontais possíveis.

Corrigir esse erro demorou mais tempo que o necessário, o que demonstra uma forma equivocada de enfrentar uma OPaz.

Mas isso não é tudo.



MINUSTAH

O General Aldunate, Subcomandante da Força Militar das Nações Unidas no Haiti.

Outro tema não menos importante a se considerar é o da natureza de cada Força.

Os militares, em sua grande maioria, eram profissionais com uma doutrina comum entre si — independentemente de onde vinham —, preparados em OPaz nos seus respectivos países, com apoio logístico e um quartel-general (QG) especializado, com mais de cem oficiais.

Os policiais da ONU (da UNPol) — muitos deles recrutados quando já estavam na Reserva, em seus países — possuíam experiências bastante diversas, incluindo pessoal especializado em trânsito urbano e até em funções administrativas, com um escasso apoio logístico e respondendo a um QG que possuía não mais que uma dezena de funcionários.

Havia, sem dúvida, uma grande diferença de capacidade entre os militares e a UNPol.

Se o objetivo era conquistar as mentes e os corações da sociedade, o tema cultural também devia ser abordado no momento de escolher quem seria acrescentado a essa Força e, nesse quesito, os países contribuintes não podem permanecer à margem.

Diferentemente de outros contingentes, os latino-americanos eram mais próximos da população local, algo próprio de suas características e, embora não contassem com o conhecimento do idioma, conseguiram conquistar o apoio do povo por meio de seus gestos e atitudes.

Jamais me esquecerei do sacrifício dos valorosos soldados jordanianos; na minha época, coube-me repatriar quatro deles em caixões. Contudo, a presença de militares e civis provenientes de culturas diferentes da do país em questão talvez seja um tema a ser considerado.

Nessas operações, só se alcança o objetivo quando se conta com soldados ou policiais polyvalentes, isto é, que forneçam segurança, mas que tenham, ao mesmo tempo, a capacidade de atuar como assistentes sociais, coordenar um processo eleitoral, prestar apoio em caso de desastres naturais, participar da comunidade; enfim, desempenhar uma ampla gama de funções.

Nesse sentido, tomo o exemplo de alguns contingentes, que obtiveram uma boa comunicação com a população mediante cursos de primeiros socorros, de capacitação profissional e de ações médicas, os quais decerto devem inserir-se em um projeto mais sólido de assistência, mas que, no que diz respeito a conquistar a população, demonstraram ser bastante eficientes.

Essa é a visão moderna do que deve ser um “capacete azul”.

É preciso que haja uma prestação de contas sobre a situação dos objetivos, os meios empregados e as lições aprendidas, algo que, até agora, tem sido insuficiente¹³.

Quarto Desafio: Gerar Sinergia com Todos os Atores

Recordo nitidamente que, em mais de uma ocasião, tomei conhecimento da presença de agentes civis e militares de embaixadas e de outras entidades que estavam atuando no país sem que tivéssemos notícia alguma.

Nas minhas visitas aos contingentes, era um tema recorrente a queixa dos comandos pela falta de coordenação entre os distintos órgãos e instituições que estavam atuando em suas áreas de responsabilidade (AOR) sem que eles tivessem conhecimento algum e, para piorar a situação, sem o menor interesse em coordenar suas ações com o comando militar.

Busquei determinar (e continuo a fazê-lo) a quantidade de organizações no Haiti e seus objetivos¹⁴. A verdade é que esse exercício, até agora, tem superado minha capacidade. Quanto à relação preparada pelo Escritório da ONU para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, na sigla em inglês), tenho dúvidas se ela realmente considera todas as ONGs e organizações que lá estão.

Quando me refiro a coordenar os atores, quero dizer todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estavam presentes na Missão, incluindo embaixadas, grupos de países amigos, organizações

internacionais, entidades sociais, religiosas e de várias naturezas, as quais, supõe-se, estavam ali para ajudar o país.

O Haiti é conhecido como a “República das ONGs”¹⁵, mas esse tema é complexo e é preciso enfrentá-lo de uma vez por todas, uma vez que a população já não distingue entre os órgãos que lhe prestam ajuda, e tudo influencia com respeito à avaliação da ajuda externa.

É interessante considerar que “segundo o Banco Mundial, apenas em número de ONGs por habitante, o Haiti é o líder mundial”¹⁶. A ajuda internacional no caso do Haiti se manifesta em uma grande quantidade de atores, que atuam de forma descoordenada entre si¹⁷. Valorizo o trabalho dessas organizações, já que, sem dúvida, são um aporte importante para um país em dificuldades.

Uma análise dos projetos das próprias ONGs e das entidades presentes sugere claramente a necessidade de coordenação com os militares que estão encarregados de prestar a segurança, particularmente, no terreno¹⁸.

Um mapa sobre os diversos projetos em desenvolvimento das milhares de organizações presentes no Haiti, dos bilhões de dólares empregados e do serviço prestado por eles no apoio à população daria, sem dúvida, resultados interessantes. Isso não ajuda, e a Comissão Interina para a Reconstrução do Haiti, a cargo do ex-Presidente Clinton, deve dar mais atenção a essa questão.

Pelo que clamavam todos? Coordenação.

Nessa questão, há dois aspectos concomitantes.



MINUSTAH

Sr. Jose Miguel Inzulza, Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (à esquerda), General Aldunate (ao centro) e Sr. Juan Gabriel Valdes, o então Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e Chefe da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (à direita).

De um lado, a independência com que atuam essas organizações, que não se submetem a estruturas fora de seu âmbito e, de outro, a desconfiança — justificada ou não — que elas têm em relação aos próprios militares.

Gostaria de dar um exemplo concreto de como o resultado é proveitoso, quando os esforços são coordenados.

Já indiquei que, no tempo em que estive na missão, nosso principal problema de segurança estava localizado em Cité Soleil, o lugar mais perigoso da região, onde bandos armados atacavam nossas tropas e escondiam as pessoas por eles sequestradas, que — vale a pena lembrar — chegavam a 250 por mês.

Nesse local, destacavam-se a Cruz Vermelha e a “Médicos sem Fronteiras”, duas ONGs de grande importância que, por diversas razões, não tinham coordenação alguma — mas uma troca de acusações — com o batalhão jordaniano, encarregado da segurança dessa área.

O que sugere um cenário como esse?

Contar com um canal de comunicação, que permita enfrentar essas situações e, novamente, integrar esforços.

Nesse caso concreto, ciente da gravidade da situação que colocava em risco a nossa credibilidade, convidei os representantes de ambas as organizações para uma conversa em meu gabinete, onde lhes afirmei claramente que nossa missão — assim como a deles — era ajudar este país e que nossos soldados desempenhariam suas funções segundo as Regras de Engajamento da ONU.

Transmiti-lhes a certeza de que, quando nos deparássemos com alguma situação irregular, seriam aplicados os procedimentos correspondentes, com verdade e transparência; que eu os manteria informados sobre quaisquer situações irregulares, mas que, em troca, eu lhes pedia maior coordenação com os militares, entregando-lhes meus números de telefone, para que entrassem diretamente em contato comigo.

Essa reunião marcou um “antes e depois” em relação a esse tema, e a verdade é que, quando houve problemas, eles foram enfrentados de uma maneira satisfatória.

Minha conclusão é que, nesse tema, é necessário que haja uma mudança cultural por parte de todos os atores — incluindo os próprios militares,

de modo que todos sejam parte integrante da solução — e que os problemas podem e devem ser solucionados convocando-se a todos.

Mais uma vez, a sinergia é o desafio a ser conquistado, já que as ajudas individuais, a falta de coordenação e o desconhecimento acabam contrariando os objetivos de assistência a um país, e isso vale tanto para os integrantes da Missão internacional, quanto para os demais atores participantes.

Minha proposta é muito simples: é preciso vencer os obstáculos culturais. Urge que alguém coordene os esforços e, certamente, que as regras do jogo sejam obedecidas.

Quinto Desafio: Contar com Informações que Permitam Antecipar-se aos Problemas

Por que é importante contar com boas informações em uma OPaz?

Recordemos que os contingentes e as agências civis realizam suas tarefas nas ruas e povoados de um país que está em dificuldades e sobre o qual conhecem pouco.

Os “capacetes azuis”, fossem eles militares ou policiais, cumpriam missões de seis meses e, no breve período de transmissão de responsabilidade entre as Unidades, os que a entregavam faziam o possível para transferir as experiências e conhecimentos aos que a recebiam, já que findo esse prazo, tudo passava a ser ação pura, para os recém-chegados.

Na minha época, a confiança nas autoridades administrativas do país e na Polícia Nacional do Haiti era muito baixa. Muitas delas eram relacionadas aos grupos em conflito, outras estavam ligadas a gangues armadas ou às drogas.

Era evidente a necessidade de contar com boas informações para tomar decisões e, ao mesmo tempo, fornecer antecedentes úteis ao nosso pessoal civil e militar no terreno.

No QG, contávamos com um Departamento de Inteligência (U2), mas o fluxo de informações funcionava melhor de baixo para cima (dos contingentes para o QG), salvo alguns informes mais gerais, que obtínhamos do sistema central.

As patrulhas militares contavam com uma capacidade de apoio de intérpretes locais mínima, o que dificultava seu acionamento e a obtenção de informações de interesse.

As diferentes agências civis que participavam da Missão tampouco transmitiam ou compartilhavam as informações que coletavam no terreno sobre fatos de interesse, que pudessem ser úteis aos contingentes.

Essa estrutura era a essência do que não deve ser um sistema de Informações: pessoal não especializado, que não fala o idioma local, que é substituído uma vez por ano e que não conhece a cultura do país; enfim, a lista de defeitos é longa.

Nos conflitos modernos, a maioria das informações provém de fontes abertas, da imprensa e do contato com a população, mas, para obtê-las, é necessário contar com pessoal e estruturas adequadas.

Supõe-se que uma missão atribuída a uma organização, independentemente de sua natureza, seja sempre acompanhada de antecedentes úteis para quem vai cumpri-la, principalmente quando vidas estiverem em jogo, sejam elas de cidadãos, sejam dos próprios civis e militares em atuação.

Ao que parece, a lista de baixas e de feridos da MINUSTAH não sensibilizou nem a ONU nem os países que contribuem com contingentes quanto à importância de se dispor de melhores informações e de serem mais eficientes nesses aspectos.

A MINUSTAH tem graves problemas estruturais a resolver no âmbito das Informações, mas isso é decorrente do fato de que a própria ONU não trata dessa questão¹⁹.

Somente após terem decorrido 18 meses do desdobramento da MINUSTAH, decidiu-se estabelecer uma seção chamada Centro Conjunto de Análise da Missão (JMAC, na sigla em inglês), cujo objetivo é prover conhecimentos à chefia da Missão, mas que, basicamente, está restrita à assessoria prestada ao comando superior, algo que, a meu ver, requer mudanças fundamentais²⁰.

Se os capacetes azuis e o pessoal que participa de uma OPaz não contarem com informações adequadas, é evidente que só se poderá esperar a ocorrência de problemas, além de alguns militares mortos e muitos civis feridos.

Sexto Desafio: Solucionar os Problemas Com Oportunidade

Para todo aquele que pretenda ajudar uma sociedade em dificuldades, detectar e solucionar os problemas em tempo hábil é um desafio imediato.

Minha experiência me indica que, em uma OPaz, deve-se atender simultaneamente a dois níveis.

Em primeiro lugar, é preciso satisfazer as necessidades essenciais, isto é, prover segurança e prestar os serviços básicos, como água, alimentação e atendimento médico. Essa é a parte mais simples de toda OPaz.

Em seguida, vem o mais complexo: atacar os temas de fundo, aos quais já me referi.

É equivocado crer que ambas as atividades não possam ser desenvolvidas em paralelo. Fui testemunha de que grande parte da ajuda prometida para planos de desenvolvimento não chegava com a mesma intensidade que era demonstrada nos discursos.

No Haiti, está evidente que a estrutura do Estado não conta com uma capacidade de gestão adequada, mas, ao mesmo tempo, constatei a existência de uma falsa premissa, que considerava a insegurança como um obstáculo para que se materializassem iniciativas e projetos que incorporassem os haitianos.

Nessas situações, há que evitar cair na tentação de buscar soluções mágicas, como as que eu escutei de muitas autoridades e “especialistas”, como a de explorar o turismo, tal como ocorre na vizinha República Dominicana, ou a de instalar fábricas, por sua proximidade com os mercados da América do Norte.

O tema é mais complexo. Quem irá passar as férias ou investir em um país inseguro? Isso é realista?

Exceto por uma área bastante reduzida (Cité Soleil), o país sempre esteve sob controle. Mas a ideia que nos era apresentada era que a assistência e os projetos não podiam ser materializados devido à ausência de segurança. O curioso disso tudo é que, nos pontos do país onde não havia problemas, os projetos de ajuda e de desenvolvimento também não se concretizavam.

O êxito de uma missão de paz é obtido quando há harmonia entre diferentes instrumentos — o político, o diplomático, o econômico e o militar, entre outros —, com a cooperação da própria sociedade afetada, mas nada se consegue se não há um avanço paralelo de todos eles.

Claramente, esses temas não têm estado alinhados no Haiti. As dificuldades e os problemas se agravam com o passar do tempo e com o atraso

em solucionar os temas de fundo. Isso fará com que os capacetes azuis e todos os que intervêm deixem de ser percebidos como ajuda e passem a ser percebidos como tropas de ocupação e, aí sim, estaremos em dificuldades.

Algo me diz que esse encanto com relação ao conceito de tempo tem permeado as ações de assistência no Haiti, mas creio que se está brincando com o fogo em relação à paciência dos haitianos.

Sétimo Desafio na OPaz: as Ações Táticas têm Repercussões Estratégicas

O êxito em uma OPaz não depende apenas da qualidade das decisões tomadas pelos comandos superiores.

Cumprir os objetivos em uma OPaz depende, em grande medida, das ações individuais de cada soldado, policial e civil, independentemente de pertencerem ou não à Missão, uma vez que — insisto — a população não faz distinções tão sutis.

Essa é uma mudança de paradigma não menos significativa, já que se pensava, tradicionalmente, que os temas estratégicos estavam normalmente associados aos cargos superiores, o que é equivocado.

Para isso, é fundamental que os próprios contingentes entendam que, em uma OPaz, eles não estão indo para a guerra; que, mesmo diante das situações mais desfavoráveis, devem ater-se às normas e aos procedimentos; que suas ações devem se enquadrar no mandato da ONU; e que devem envidar esforços para contar com o apoio da população.

Um integrante de uma OPaz que atue de forma equivocada gera uma grande repercussão quanto ao cumprimento da missão. Por isso, o conceito do soldado estratégico tem sua lógica.

De sua parte, porém, os civis que integram essas missões devem entender que essa norma também se aplica a eles e que uma iniciativa mal realizada, a falta de trabalho conjunto e até sua conduta pessoal afetam uma sociedade que espera muito deles.

Temas como o assédio sexual, o comércio, a discriminação racial ou de gênero são muito relevantes, e cada situação que ocorra nesses âmbitos afeta a Missão como um todo. Em consequência, todos que intervêm em um país — sejam de uma

organização como a OPaz, sejam de ONGs ou outras organizações — devem se enquadrar nessa ideia, e é fundamental manter um constante trabalho de formação do pessoal com respeito ao que se espera deles.

Nesse sentido, permitam-me uma última sugestão.

Em uma OPaz, ante fatos complexos e perante os diversos meios de comunicação, não se deve comprometer a verdade. Esse é o único caminho, por mais difícil que seja a situação que se esteja vivendo.

Conclusões

Mantenho um contato permanente com muitos dos oficiais e graduados com quem servi na MINUSTAH, tanto nacionais quanto estrangeiros.

Somos ligados por um forte sentimento de orgulho por haver contribuído nessa OPaz, mas estão sempre presentes, em todos nós, a insatisfação por não termos feito mais e uma espécie de incômodo diante da indiferença com a qual se aborda o tema do Haiti.

Constantemente, dou palestras e elaboro artigos como este e creio que, até agora, temos agido como o avestruz, que coloca a cabeça em um buraco e prefere não olhar o que acontece.

Mais do que bombeiros para apagar incêndios, uma OPaz requer uma mentalidade diferente, de quem constrói a casa sobre alicerces sólidos, e não sobre areia.

As lições aprendidas são precisamente para isso, para construir sobre uma base segura. Não é preciso temer as mudanças. De fato, minha experiência mostra que o sensato é adotá-las a tempo e na forma devida. O que é inadequado é não lhes dar atenção oportuna.

Creio que os haitianos, até agora, não contribuíram o suficiente, mas admitamos, também, que eles não foram devidamente integrados e que, com certeza, a MINUSTAH e a comunidade internacional tampouco foram tão eficientes quanto se supunha. Sem dúvida alguma, prosseguir nesse curso nos levará a intervir novamente ou a eternizar a presença internacional no Haiti e, o que é mais dramático, sem uma saída digna para os países que intervêm.

No Haiti, só alcançando uma democracia plena, um Estado de Direito que funcione, com uma institucionalidade adequada à sua realidade, com possibilidades de trabalho, educação e saúde mínimas, será possível dar estabilidade ao país. Nossos esforços devem estar orientados para alcançarmos essa meta.

Nossa presença em uma OPaz não é para aliviarmos nossas consciências ou para alcançarmos objetivos políticos. É sinceramente porque a paz mundial e o respeito às pessoas interessam a todos e a cada um de nós, seres humanos.

Embora tenha sido claramente possível conseguir abaixar a febre do Haiti, a doença ainda não foi atacada e isso nos parece sinal de perigo.**MR**

REFERÊNCIAS

1. ALDUNATE, Eduardo. "Misión en Haití, con la mochila cargada de esperanzas", Centro de Estudios Bicentenario, Santiago, Chile, 2007, e "Backpacks Full of Hope. The UN Mission in Haiti", Wilfried Laurier University Press, Canadá, 2010.
2. Entrevista de Jesús Sanchis a Edmond Mulet, Agencia EFE, 17 mai. 2007.
3. Sugiuro que se leia CARPENTIER, Alejo. *El reino de este mundo*, 1949.
4. Entrevista com Eduardo Aldunate, Revista *Que Pasa*, Santiago, Chile. 04 mar. 2010.
5. Sugiuro que se leia GREENE, Graham. *Los comediantes*, 1967.
6. Jean Jaques Dessalines, líder da independência haitiana obtida em 1804 e primeiro Presidente.
7. Seminario "Haití, bases que generen institucionalidad. Un dialogo necesario entre Cánada y Chile", desenvolvido pelo Centro de Estudos Internacionais da Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 9 sept. 2009.
8. Sugiuro SMART, Rony. *Los avatares de la institucionalidad en Haití*, Op. Cit. Cuadernos de Difusión CEIUC.
9. Ver informe do PNUD 2010 sobre o Desenvolvimento Humano do Haiti.
10. ROBERT, Arnaud. "Haití est la preuve de l'échec de l'aide internationale", entrevista com Ricardo Seintenfus, *Le Temps*, Genebra, Suíça, 19 dez. 2010.
11. Resolução 1529 do Conselho de Segurança da ONU, 29 fev. 2004.
12. Resolução 1542 do Conselho de Segurança da ONU, 30 abr. 2004.
13. Sugiuro que se leia GAUTHIER, Amelie. "Haití Las voces de los actores. Un proyecto de investigación sobre la Misión de la ONU". *Working Papers* 52, Fride, España, 2008, e *Orden Institucional y Estado de Derecho*, publicado pelo CEIUC em Cadernos de Difusão CEIUC número 5, Santiago, Chile, 2010
14. Sugiuro que se leia SCHULLER, Mark. "Invasion or Infusion? Understanding the role of NGOs in contemporary Haiti". *The Journal of Haitian Studies*, Vol. 13, No. 2, 2007.
15. "Haití, la república de las ONG", *La Nación*, Argentina. 16 enero 2011, disponível em: <http://www.lanacion.com.ar/1341689-haiti-la-republica-de-las-ong>.
16. "Haití, la república de las ONG", ABC, España. 25 nov. 2010, disponível em: <http://www.abc.es/20101125/internacional/haiti-republica-20101125.html>.
17. Site do OCHA "Humanitarian Response Haiti", <http://haiti.humanitarianresponse.info/Default.aspx?tabid=164>.
18. Para obter mais informações, consultar www.oxfam.org.
19. Sugiuro que se leia LODEIRO, Andrea, conferência na Escola Superior de Guerra do Exército de Colômbia, "La incorporación de la función Inteligencia en las Operaciones de paz," Bogotá, 26 agosto 2010, publicado em <http://www.aainteligencia.cl/?p=1068>.
20. Sugiuro que se leia SVENSSON, Jan-Inge. "Peacekeeping and Intelligence, Experiences from UN Protection Forces" e STEELE-VIVAS, Robert "Peacekeeping and Information Peacekeeping".